



Debates e embates sobre ameaça e prevenção: a cholera-morbus na Gazeta Médica da Bahia em 1866

VANESSA DE JESUS QUEIROZ *

Porque a centralidade da *cholera-morbus* como importante questão de higiene pública na *Gazeta Médica da Bahia* em 1866? Eis a pergunta que guiou os resultados parciais, frutos de uma pesquisa de mestrado em andamento, que serão apresentados nesta comunicação.

É pertinente que sejam prestados esclarecimentos acerca de alguns termos utilizados em nossas reflexões. São eles: *Saúde Pública* e *Higiene Pública*.

No que concerne à *Saúde Pública*, corroboramos com o pensamento proposto por George Rosen na obra *Uma História da Saúde Pública* (1994). Nesta, o referido autor enfatiza a relação entre doenças e seus efeitos sobre a vida em comunidade que envolve habitação, alimentação, ligações entre sistemas de autoridade governamental, classe médica e população, produtividade econômica, sistema de crenças, dentre outros importantes campos das vidas privada e coletiva. Rosen nos fala sobre a necessidade de compreender as doenças não apenas como fenômenos biológicos, mas também como fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais (ROSEN, 1994:21). O exercício de refletir sobre saúde pública agrega a inelutável tarefa de pensar sobre a rede relacional de pessoas, acordos e conflitos que o abrangente campo envolve.

Higiene Pública é campo correlato e necessário da *saúde pública*. Trata-se de um conceito plural cuja significação ainda estamos a construir. Bem como alertamos anteriormente, os resultados aqui apresentados são parciais. Contudo, com base em bibliografia sobre higiene pública no Brasil do século XIX, mas sobretudo a partir da leitura de nossa fonte principal, a *Gazeta Médica da Bahia*, tomamos a liberdade de prestar-lhes uma definição, que não pode ser considerada homogênea ou mesmo única, mas ascende como

*Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UnB. A pesquisa em andamento recebe auxílio financeiro de bolsa da CAPES.

satisfatório resultado parcial de pesquisa : *campo da saúde pública que rege comportamentos e indica posturas diversas que objetivam o bom estado sanitário em nome do bem comum, mensurado pela ausência de moléstias em alarmantes proporções.*

Com mais de um século de diferença entre contextos de escrita, as perspectivas de Rosen e dos colaboradores da *Gazeta Médica da Bahia*, fonte-chave de nossa pesquisa, se cruzam no que se refere à perspectiva de que a manutenção da higiene pública é tida como exigência para a manutenção de uma boa saúde pública, que deve ser responsabilidade governamental a partir de ações conjuntas. A boa saúde pública é campo de responsabilidade da administração pública em relação com classes médicas e demais parcelas sociais.

Em 10 de Julho de 1866 era lançado o primeiro número da *Gazeta Médica da Bahia* (*GMB*), jornal de periodicidade quinzenal publicado por um grupo de facultativos residentes na Bahia². Tais facultativos faziam parte do corpo docente da Faculdade de Medicina³ e/ou atuavam em clínicas civis, hospitais militares e na Santa Casa de Misericórdia, além de praticarem visitas e atendimentos domiciliares.

² Esse grupo de médicos formado na década de 1860 recebe, já no século XX, a nomenclatura de “Escola Tropicalista Baiana”. Tal terminologia ganha ênfase sobretudo após publicação, em 1952, do livro “A Escola Tropicalista Bahiana”, de Antônio Caldas Coni e “The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889” de Julyan Peard, publicado em 1997. Por critérios etimológicos de organização, no sentido de separar o grupo de médicos ligados ao nosso periódico objeto de investigação de outros médicos atuantes na Bahia mas não ligados ao mesmo, e também partindo de reflexões que compreendem “escola” como grupo não necessariamente coeso, nos sentimos fortemente tentados a adotar a nomenclatura. Porém não o fazemos, a partir da concordância com vieses como o de Flávio Coelho Edler (2002), que criticam o termo “Escola” por acreditarem que este reduza o papel de outros grupos médicos do período, principalmente quando se tem em vista que a *GMB* recebe colaborações de médicos de fora da província, e as próprias contradições internas contidas no grupo de editores e colaboradores da *Gazeta Médica da Bahia*.

³ Cabe-nos ressaltar que Antônio Caldas Coni e outras bibliografias de referência obre o grupo de fundadores da *Gazeta Médica da Bahia*, popularmente conhecido como Escola Tropicalista Bahiana (vide nota 2), afirmam que tal grupo enfrentava resistência direta da instituição Faculdade de Medicina da Bahia/ Terreiro de Jesus. Concordamos e achamos pertinente esclarecer que o fato de alguns facultativos estarem ligados à referida instituição(a exemplo de José de Goés Sequeira que era inspetor de saúde pública e lente de patologia geral e ativo autor de publicações na *Gazeta Médica da Bahia* em 1866), o jornal não era financiado por, tampouco um tipo de representante direto da referida instituição.

Analisemos algumas palavras que nos destinam os editores da *Gazeta Médica da Bahia* em seu programa de lançamento:

O nosso proposito e simplesmente o seguinte: concentrar, quanto for possível, os elementos activos da classe medica, afim de que, mais unidos e fortificando-se mutuamente, concorram para augmentar-lhes os creditos, e a consideração publica; diffundir todos os conhecimentos que a observação propria ou alheia nos possa revelar; acompanhar o progresso da sciencia nos paizes mais cultos; estudar as questões que mais particularmente interessam ao nosso paiz; e pugnar pela união, dignidade e independencia da nossa profissão. Não promettemos pouco, de certo; mas, se não medimos mal as nossas proprias forças, e se não contamos demasiado com o apoio e auxilio dos nossos collegas, a *Gazeta Medica* não sera d'esta vez uma tentativa irrealizável e infructifera. (**GMB:1866:2**)

Uma breve análise do trecho nos permite dissertar sobre um sentido político do jornal, em termos de legitimação de uma classe médica, que se destacava das demais por sua missão especial de colaborar para o progresso por meio da ciência⁴. A classe médica, de acordo a *GMB*, deveria ser a responsável oficial por, a partir da difusão e troca de conhecimentos a nível internacional, filtrar e definir quais seriam as questões que mais particularmente interessariam ao Brasil. Esta observação nos permite inferir que à medicina do período eram atribuídas, também, funções sociopolíticas que ultrapassavam os propósitos de descoberta de doenças e manutenção da saúde. Cabe notar que a demanda pela união da classe médica permite a afirmação de que havia um tipo de “desunião”- esta provavelmente se refere às disputas explicativas para as causas das doenças. Percebamos, ainda, que o objetivo maior evocava a união da classe médica em nome do progresso, mas não apontava em que aspecto deveria se dar essa união.

⁴ Reflexões sobre a temática encontram-se presentes em trabalho monográfico intitulado “Entre faladores e operários da ciência: o charlatanismo na *Gazeta Médica da Bahia*, 1866-1870”, de minha autoria, escrito em 2015. Tal nota torna-se oportuna a fins de evitar o contraditório problema que recebe, no meio acadêmico, o nome de auto-plágio.

A luta pela “dignidade da profissão” pode ser indício do predomínio de outras noções sobre doença e cura, que não as do âmbito científico.

É justamente pensando em um contexto marcado por debates e embates entre explicações diversas sobre doenças, onde não se podia identificar a harmonia no que concerne a indicação de métodos científicos e de um só tipo de prática médica, ou mesmo de uma só medicina, bem consolidada, que buscamos problematizar os escritos sobre higiene pública no jornal. Partimos da hipótese de que tanto momento quanto ato de criação do mesmo não se tratam de escolhas aleatórias e despropositadas, mas sim evidenciam disputas que são justificadas por, mas ultrapassam o campo nosológico, afetando diretamente as esferas política e social.

Além da necessidade de união, reconhecimento e legitimação de uma classe médica (composta pelos diplomados), o grupo de médicos responsáveis pela *GMB* justificou a fundação do periódico pela necessidade de se criar, na Bahia, um órgão competente para tratar de uma “literatura médica”⁵. Esta englobaria os assuntos sobre doenças e curas embasada no viés da “verdadeira” medicina, tida como a científica, que combateria práticas de cura diversas situadas fora do âmbito da ciência. Estamos nos referindo a um contexto onde ainda não havia hegemonia de uma prática de cura em relação à outra e a própria noção do que seria medicina estava em processo de construção, sob o pano de fundo da legitimidade concedida pelo adjetivo “científica”. A gazeta médica foi vista por seus idealizadores como um lugar destinado aos escritos dos “verdadeiros” médicos e da ciência que professavam como verdade.

Desde a primeira edição do jornal médico é clara a intenção dos idealizadores de elencar a higiene pública como importante agenda, que deveria tornar-se prioridade estatal,

⁵ Vale recordar que em 1866 havia apenas dois jornais médicos em circulação: Na Corte Os Annaes Brazilienses de Medicina e, a partir de Julho, a Gazeta Médica da Bahia.

para combater e evitar as doenças. É válido lembrar que os responsáveis pela *GMB* a modulavam segundo a eleição de assuntos que consideravam importantes a seus propósitos de torná-la competente literatura médica que preencheria a lacuna de imprensa médica na Bahia e no Brasil.

Na primeira edição aparece na seção “*Trabalhos Originaes*”- subseção: “*Hygiene Publica*”, matéria intitulada “*Congresso Sanitário Inter-Nacional: Nenhum representante por parte da medicina brasileira*” (*GMB*,1866:1-2), de autoria do Dr. José de Goes Sequeira, inspetor de saúde pública da Bahia e lente de Patologia Geral na Faculdade de Medicina da Bahia:

Já não é uma utopia, nem um bello sonho o congresso ou conferencia sanitária inter-nacional!.. Devida à previdente e sabia iniciativa do Governo Francez, acceita por quasi todos os Governos, que n’isso interessavam os quaes allí são dignamente representados, e de esperar- que n’aquella illustrada reunião ventile-se e discuta-se cabalmente o complicado problema, que lhe foi submetido, e que da solução das questões, que a ele se prendem emanem providencias reaes e praticas, que ponham em salvaguarda a saúde dos povos [...] unicamente desejamos registrar nas paginas do nosso Jornal esta sucinta noticia sobre um assumpto de tão subida importância que desafiou a atenção de quase todos os Governos; e, ao mesmo passo, deplorar que a medicina Brasileira não tenha seu representante n’aquelle humanitario Congresso..- Como explicar esta falta? – Será porque estejamos garantidos d’uma nova invasão da cholera-morbus?- Por certo que não. – Similhante falta somente pode ser attribuida a proverbial indiferença que mostramos para objetos de tal natureza: porquanto só na occasião do perigo é que acordamos, e chamamos pelo Santo da nossa devoção, conforme vulgarmente se diz (...). A missão da Conferencia sanitária interessa a todos os povos, que é essencialmente cosmopolita, porquanto não sera pequeno beneficio- que, do concurso e da maior somma de luzes, que seja possível reunir, derivem-se medidas, que, oportuna e regularmente applicadas, extingam ou limitem a renovação, os estragos frequentes ou periódicos do flagelo, que, adquirindo inaudito vigor em seu foco primitivo, em consequência do estado de abandono e embrutecimento, em que vivem os habitantes d’aquella região [Mecca], vêm inocular-se no coração das nações civilisadas, trazendo as maiores calamidades[...] (**GMB, 1866:4**)

Tal matéria critica negativamente o descaso governamental em não apoiar a presença de médicos brasileiros num congresso internacional que tratou de medidas preventivas e combativas contra a *cholera morbus*. Cita países, considerados civilizados, participantes do Congresso, cujos governos ilustrados já teriam entendido a importância da participação ativa em nome do progresso, da civilização. Tal importância é necessariamente relacionada à manutenção da saúde dos povos, entendida como pauta importante dos Estados. Numa palavra: trata-se da defesa do princípio de que cuidar da saúde da população deveria ser premissa governamental em todos os países. Para tal tarefa, o papel dos representantes da medicina seria essencial, na função de pesquisadores, porta-vozes e fiscais das regras da higiene.

Observa-se, ainda, a defesa da incompatibilidade entre civilização e doenças calamitosas. Diz-se que o Brasil precisa prevenir-se contra a *cholera*, pois esta escolhe suas vítimas de maneira inesperada, sem exceções. As relações religiosas (a exemplo das famigeradas peregrinações a Mecca, local em que grassava tal moléstia em formato epidêmico, que atraíam povos de todo o mundo) e além destas, acrescentamos as relações comerciais, eram evidências de que a moléstia também poderia viajar por todo o mundo.

Da assertiva acima, podemos adotar como verdadeira a proposição de que se considerava o fator humano, ou seja: o homem, como foco de propagação da doença. Cabe observar que na época diversas correntes teóricas disputavam ou dividiam lugar no que concerne às explicações quanto às causas das doenças: teoria miasmática, infeccionista e contagionista, que por vezes grassavam juntas, são exemplos disto. Explicações mistas não eram raras na *GMB*. Lembremo-nos de que apenas em 1880 Robert Koch descobriu a *vibrio cholerae*. Em 1866 ainda não se sabia ao certo o agente causador da *cholera-morbus* mas, de um modo geral, a doença era relacionada a ambientes sujos e maus hábitos sanitários.

A higiene aparecia com uma missão: a de esclarecer e guiar os homens e as populações, a partir da prevenção contra os males (*GMB*, 1866:67). Quem executaria a

referida missão? Os médicos, operários da ciência. Porta-vozes das regras da higiene pública, tornariam a população menos dependente de favores divinos. Guardiões da prevenção, possibilitariam uma existência mais agradável, protegendo a humanidade de seus inexoráveis deslizamentos- distrações, prazeres e ocupações diversas-, que ocasionam incômodos à vida saudável. Missionários, reduziriam os riscos inerentes aos tempos em que preceitos preventivos não foram adotados de forma satisfatória. Na *GMB*, a missão da higiene traduz-se na missão dos propagadores de suas regras. Trata-se da legitimação de função social da classe médica a partir de melhorias que a higiene pública poderia oferecer.

Tanto o trecho analisado, quanto o conteúdo das demais edições de 1866, nos permitem perceber que neste ano um tema principal foi elencado como grande questão da higiene pública: trata-se da *cholera- morbus*.

Historiadores da doença situam a primeira pandemia de *cholera* entre 1816 e 1817, grassando primeiramente em solos indianos, no continente asiático⁶.

Em 1855⁷, já em sua terceira pandemia, a doença finalmente ancorou em territórios brasileiros. A *cholera-morbus* atacou primeiramente a província do Pará. Poucos meses depois chegou, em proporção epidêmica, à Bahia. Nesta província o cenário que recebe a moléstia é de quase absoluto desconhecimento, inclusive por parte dos médicos. O clima de incertezas contribuía para a ascensão de um cotidiano repleto de medo e insegurança, gerando conflitos decorrentes da ausência de explicações ou disparidades explicativas de causas e formas de se livrar da moléstia. Enquanto não se chegava a um consenso, dezenas de pessoas eram acometidas a cada dia passado. Enquanto crescia o número de mortos, uma esfera de tensão e desespero ascendia (DAVID, 1996).

⁶ A ocorrência do flagelo em formato não epidêmico é reconhecida desde o século XVIII (CHERNOVIZ, 1890:378)

⁷ A epidemia dura até 1856.

Passados dez anos desde a primeira epidemia de *cholera* na Bahia, a doença voltava a receber atenção especial. Desta vez, no entanto, de forma menos letal, ocupando lugar de destaque nos escritos sobre higiene pública e noticiários da *Gazeta Médica da Bahia*. Os escritos de 1866 revelam que, após dez anos, ainda não se tinha descoberto a origem, causa da doença⁸.

O que chama atenção, dada a centralidade que recebe o tema na *Gazeta Médica da Bahia*, é que a doença não ocorria em sua forma epidêmica em 1866, nem na Bahia, nem no Brasil.

Além da notícia sobre a ausência de representantes brasileiros no importante Congresso Sanitário, nas demais edições de 1866, em diferentes e principais seções do jornal, por vezes mais de uma vez no mesmo número, grassam escritos sobre a *cholera-morbus*. A seção “*Noticiario*” se encarregava de noticiar a ocorrência do flagelo em outros países, inclusive alguns com os quais o Brasil maninha relações comerciais. Esta seção evidencia o dialogo entre a *GMB* e jornais médicos estrangeiros. Artigos editoriais chamavam a atenção para a necessidade de reear a importação da doença. Na seção “*Bibliographia*” eram noticiados opúsculos, ora de autoria nacional, ora de autoria estrangeira, sobre métodos de prevenção e combate à *cholera-morbus*. A seção “*Correspondencia Scientifica*” noticiava as novas teorias, as trocas de ideias sobre possíveis causas e origens da *cholera-morbus*, estados sanitários de outras províncias brasileiras, com destaque a verificação da ocorrência da doença. A seção *Correspondencia* informava os estragos causados pelo flagelo nos campos da Guerra do Paraguai- inclusive os medos da perda de pessoal pela doença e dos soldados voltarem na condição de possíveis focos propagadores de uma epidemia. Por vezes, escritos ressaltavam a necessidade de não se deixar repetir a maldita devastação causada pela primeira epidemia da doença na Bahia, em 1855.

⁸ A bactéria causadora da doença foi descoberta pelo alemão Robert Koch nos anos iniciais da década de 1880.

O assunto *cholera-morbus* aparece em praticamente todas (11/12) as edições do ano de 1866. Entretanto, a frequência não indica necessária afirmação de ocorrência da doença em forma epidêmica em terras brasileiras, pelo contrário: em 1866 a *cholera* parece estar ligada à prevenção, com nenhum caso comprovado no Brasil e ocorrência epidêmica em países estrangeiros.

Pode-se perceber a direta correlação entre os escritos sobre higiene pública e a *cholera-morbus*. A moléstia ocupa boa parte das seções do jornal. Mesmo quando não há uma seção ou subseção intitulada “higiene pública”, os escritos sobre ela aparecem evocando medidas de combate e prevenção que envolviam a ideia de atuação no meio, de limpeza, dos hábitos físicos e também dos morais.

Porque a *cholera-morbus* ganha centralidade como questão central de higiene pública na GMB em 1866? Começemos apresentando duas hipóteses correlatas. Uma primeira possibilidade de resposta é que: Porque era uma das formas dos médicos editores da folha legitimarem sua intervenção, sua demanda por reconhecimento de uma classe médica que teria a missão de colaborar à civilização e ao progresso não só terapêutico e científico, mas econômico, material, moral da nação brasileira. O argumento que sustenta a higiene pública como questão importante a ser tratada era a ameaça do *cholera-morbus*, que ainda não ocorria de forma epidêmica no Brasil, mas evidenciava a demanda por uma medicina preventiva eficiente.

Uma segunda hipótese, que está ancorada na leitura da GMB e nas leituras de Onildo Reis David- “*O inimigo invisível: A epidemia de cólera na Bahia 1855-1856*” e Anna Amelia do Nascimento-“*As epidemias- o cholera morbus e a febre amarela como fatores de involução populacional da cidade de Salvador*”⁹, é de que uma das causas da demanda por prevenção é a memória devastadora da primeira experiência do flagelo na Bahia, em 1855. Os

⁹ In: *Dez Freguesias da Cidade de Salvador* (1986)

autores apontam transformações essenciais provocadas pela ascensão da epidemia, além da exposição de aspectos sociais que são elementos-chave de análise para a compreensão de como a epidemia era entendida como um problema social, uma ameaça ao funcionamento da sociedade.

Ascensão de movimentos migratórios em massa; insalubridade das construções, da água e dos sistemas de esgotos e limpeza das casas e vias públicas; maior evidência da desigualdade econômica; falta de informação; saber médico despreparado e insuficiente sobre a epidemia; Ações governamentais e seus conflitos com populares e médicos; Tentativas de disciplinarização da população; Ilustração de hierarquização racial; Tensões entre compreensões científicas e religiosas das doenças; Perda de hábitos religiosos; Tentativas da Igreja de implementar novos santos; papel das irmandades; Crise do Comércio, dentre outros, fazem parte dos aspectos sociais infectados pela doença. A fonte, *Gazeta Médica da Bahia*, acrescenta a estes, altas taxas de mortalidade e perda de braços aptos ao trabalho.

A título de revisão e complemento, já em caminhos de considerações finais desta comunicação, aos complexos pontos que permearam nossas reflexões, cremos ser pertinente apontar, de forma mais direta, alguns caminhos de resposta propostos a partir da pergunta “Porque a centralidade da *cholera-morbus* como importante questão de higiene pública na *Gazeta Médica da Bahia* em 1866?”. Os enumeramos:

- I. Porque era uma das formas de os médicos editores da folha legitimarem sua intervenção, sua demanda por reconhecimento de uma classe médica que teria a missão de colaborar à civilização e ao progresso da nação brasileira. O argumento que sustentava a higiene pública como questão importante a ser tratada era a ameaça do *cholera-morbus*, que ainda não ocorria de forma epidêmica no Brasil, mas evidenciava a demanda por uma medicina preventiva eficiente. Era uma demanda que envolvia atenção governamental, autoridade médica, população- afinal: em nome de quem os médicos agiriam? Quem

formava a nação? Quem tinha os hábitos de clamar ao Santo da devoção? Podemos perceber as sutis, porém significativas, aparições, em meio ao silêncio, das camadas populares;

- II. Em 1866 foi recorrente na *GMB* a evocação a memórias da epidemia de 1855-56, quando governo, médicos e população em geral estavam desprevenidos e a doença atacou a níveis sem precedente. A prevenção foi tida como necessidade primordial para que experiências assim não se repetissem;
- III. Em 1849 uma outra epidemia atacou o Brasil, a de febre amarela. Esta também aparece na *Gazeta Médica da Bahia* em 1866, mas não com a mesma centralidade. Teria a *cholera-morbus* sido escolhida pela gazeta como forma de inserção do grupo de médicos editores e do Brasil no debate internacional, já que o assunto estava bastante em voga? Teria sido o flagelo escolhido por ser uma epidemia devastadora mais recente? São possibilidades. De todo modo, era um assunto da higiene pública que nos permite ultrapassar o entendimento desta apenas como o campo de saúde que visava manutenção da limpeza dos espaços públicos. Pensar a *cholera-morbus* como problema de higiene pública-eis o que pregava o jornal. Higiene pública envolvia embates a níveis nacional e internacional, além de abranger as esferas política, econômica e sociocultural. Novamente encontramos a busca dos médicos por lugares de atuação que ultrapassavam a classificação nosológica;
- IV. Tivemos algumas pandemias de *cholera-morbus*, inclusive após a descoberta do Koch, mas agora a coisa está mais controlável porque o conhecimento é mais concreto, tendo em vista o avanço técnico de pesquisas, a profissão médica higienista um pouco melhor consolidada, ainda que até hoje percebamos uma série de resistências cotidianas (constantes buscas ao farmacêutico ao em vez do médico, pessoas batendo a porta na cara do fiscal da dengue, etc), mas em que medida as relações, mediadas pela profilaxia, pela higiene pública, entre autoridades sanitárias, médicos, população e Estado,

continua a ser algo marcado por tensões? Exemplos recentes como a descoberta, no mês de Julho do corrente ano (2017), da presença da *vibrio cholerae* num espaço de lazer localizado num bairro nobre da capital federal Brasília-DF¹⁰, e a negativa dos órgãos de Justiça perante o pedido de interdição do local pelo Ministério Público, nos permitem pensar na continuidade dos conflitos e ultrapassagem do campo nosológico, quando se trata de doença, higiene e prevenção.

Higiene pública para a *GMB* significava muita coisa. Foi pretexto e/ou justificativa para tentativas de intervenções nas ações governamentais, nos hábitos alimentares, nos hábitos pessoais (ex: ida a festas e frequência de banhos), no tratamento dos doentes mentais, no controle de doenças, na alteração do status dos médicos cientistas (e conseqüentemente dos outros praticantes de cura), dentre outras. Situava-se para além dos objetivos de controle nosológico e salubridade do meio.

A *cholera-morbus* apareceu em 1866, no jornal em questão, como forma de dar corpo a questões para além da salubridade e da própria higiene. Neste período, a doença justificava a necessidade da ciência da higiene, cuidada e posta em prática por seus representantes autorizados da classe médica, a partir da demanda, que era também política (alem de

¹⁰Refiro-me ao bairro chamado Asa Sul, onde em 28 de Maio de 2017, foi inaugurado um Deck na condição de espaço de lazer aberto à população. Matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense no dia 04 de Julho de 2017 alerta: “MP aponta presença de bactéria causadora da cólera próximo ao Deck Sul- Documento apresentado mostra acentuada presença da bactéria *Vibrio cholerae* e outros problemas perto do parque recém-inaugurado, como erosão, assoreamento e descumprimento de licenças ambientais”; Já matéria publicada em 06 de Julho de 2017 revela que: “Justiça nega pedido de interdição do Deck Sul feito pelo MPDFT. Segundo o texto, o espaço aberto em questão não se destina apenas à pesca e a banhos no Lago Paranoá, mas a uma ampla possibilidade de atividades de socialização, lazer e contemplação para toda a coletividade”. Os links de referência e acesso estão localizados na bibliografia, nas páginas finais deste documento.

sociocultural e econômica), da necessidade de uma medicina preventiva, que exigia que fossem seguidos os regulamentos científicos da higiene traduzida por seus porta-vozes, os médicos higienistas.

O jornal *Gazeta Medica da Bahia* foi instrumento de luta por legitimação usado pelo grupo de médicos que o editava. Devemos pensar sua atuação em meio a outros jornais, da imprensa médica- em construção no Brasil-, e da imprensa geral. Uma grande rede relacional, de pactos e conflitos, aparece nas entrelinhas de edições de 1866 do jornal *Gazeta Médica da Bahia*. E o que seria, afinal, este gênero, “imprensa médica”, em construção? Este é um outro debate, para uma outra comunicação.

Agradeço-lhe, caro(a) ouvinte e/ou leitor(a), pela paciência até aqui despendida.

Referências Bibliográficas

I. Bibliografia:

CHALHOUB, S. **CIDADE FEBRIL - Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo, Cia das Letras, 1996.

CONI, A. C. **A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima.** Salvador: Tip. Beneditina, 1952.

DAVID, O.R. **O inimigo invisível: A epidemia de cólera na Bahia 1855-1856.** Salvador: Ed. UFBA, 1996.

EDLER, F. C. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil.** In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro**, vol. 9(2):357-385, 2002.

FRANCO, Odair. **História da febre-amarela no Brasil.** Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Endemias Rurais. Rio de Janeiro, Brasil, 1969.

NASCIMENTO, A.A.V. **Dez freguesias da cidade do Salvador – aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Bahia, Ed.UFBA, 1986.

PEARL, J. G. **The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889, Michigan, Columbia University, 1990.**

ROSEN, G. **Uma história da Saúde Pública.** São Paulo: Unesp, 1994.

QUEIROZ, V.J; **Entre faladores e operários da ciência: o charlatanismo na Gazeta Médica da Bahia, 1866-1870.** Brasília: Biblioteca Digital de Monografias, UnB, 2015. Disponível em: < <http://bdm.unb.br/handle/10483/12409>>. Acesso em Agosto de 2018.

II. Fontes

II.I Periódicos:

Annaes Brazilienses de Medicina(RJ) 1851-1885 (1860-1870). Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=062014&pesq=>>. Acesso em Agosto de 2017.

Correio Braziliense (2017). Edição de 04 de Julho de 2017. Disponível em: < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/04/interna_cidadesdf,607153/mp-aponta-presenca-de-bacteria-causadora-da-colera-proximo-ao-deck-sul.shtml>. Acesso em Agosto de 2017.

Correio Braziliense (2017). Edição de 06 de Julho de 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/06/interna_cidadesdf,607613/justica-nega-pedido-de-interdicao-do-deck-sul-feito-pelo-mpdf.shtml> . Acesso em Agosto de 2017.

Gazeta Médica da Bahia (1866-1874). Disponível em: < <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>>. Acesso em Agosto de 2017.

II.I Dicionários:

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionario de medicina popular e das ciencias accessorias [...]** (Volume 1: A a F). Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00756310>>. Acesso em Julho de 2017